

Morgan muda previsões

economia - Brasil

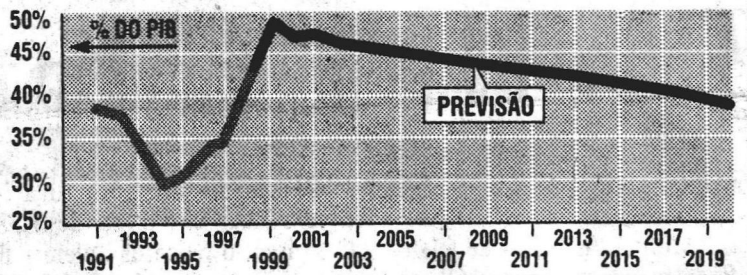
Arte JB

Banco prevê déficit fiscal brasileiro menor para este ano

A rápida reação da economia brasileira à desvalorização do real está fazendo os analistas reverem suas projeções para este ano. Estudo do banco americano Morgan Stanley Dean Witter, concluído na última semana, reduz a estimativa de déficit fiscal para 1999, de 8,9% do Produto Interno Bruto (PIB) para 8,1%, e prevê a possibilidade de uma estabilização da dívida pública, caso a taxa de juros básica (Selic) continue caindo, até um patamar em torno de 14,5% ao ano. A redução do endividamento, no entanto, poderá levar até 13 anos.

Segundo o estudo, essa revisão dos indicadores econômicos brasileiros foi possível graças à contenção da escalada inflacionária, desencadeada pela liberalização do câmbio, após quatro anos sob o regime de bandas cambiais. A baixa inflação, porém, terá reflexos sobre o superávit primário (receitas menos despesas, excluído o pagamento de juros e encargos da dívida pública), que deverá recuar para 2,7%

Evolução da dívida pública



Fonte: Banco Central e MSDW Research

do PIB – a meta fixada no acordo entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI) é de 3% do PIB.

A longo prazo, de acordo com as projeções do Morgan Stanley, um superávit primário de 2% ou mais permitiria até mesmo um declínio da taxa de endividamento do país. Para isso, seriam necessários, além de uma taxa Selic na faixa dos 14,5% ao ano, um crescimento econômico de 4% do PIB e uma inflação anual na casa dos 2%. Mesmo assim, a dívida pública só retornaria aos níveis de dezembro passado (42,6% do PIB) por volta de 2012.

Caso os juros reais se estabilizem pouco acima da faixa dos 10% ao ano, como deseja o presidente do

Banco Central, Arminio Fraga, o declínio do endividamento nacional poderia ser acelerado, encontrando um ponto de equilíbrio antes de 2007.

As perspectivas da economia no curto prazo, porém, continuam sombrias. O estudo reviu suas projeções para este ano, estimando uma queda de 0,8% do PIB, contra a previsão anterior, de 2,3% de retração. A inflação deve ficar em 9%, e não em 15%, como na última estimativa. A dívida pública, no entanto, deve ficar em 49% do PIB, e não em 48,4%. Quando o presidente Fernando Henrique Cardoso assumiu o cargo, a dívida estava na faixa dos 33% do PIB. Com a desvalorização do real, pulou para 52%.